

Atena
Editora
Ano 2021

SOCIEDADE

**ORDEM E
POLÍTICAS SOCIAIS
NA ATUALIDADE**

**MARCELO MÁXIMO PURIFICAÇÃO
MARIA FILOMENA RODRIGUES TEIXEIRA
CINARA MIRANDA CHAVES
(ORGANIZADORES)**

Atena
Editora
Ano 2021

SOCIEDADE

**ORDEM E
POLÍTICAS SOCIAIS
NA ATUALIDADE**

**MARCELO MÁXIMO PURIFICAÇÃO
MARIA FILOMENA RODRIGUES TEIXEIRA
CINARA MIRANDA CHAVES
(ORGANIZADORES)**

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Sociologie: ordem e políticas sociais na atualidade

Diagramação: Daphynny Pamplona
Correção: Gabriel Motomu Teshima
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Marcelo Máximo Purificação
Maria Filomena Rodrigues Teixeira
Cinara Miranda Chaves

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S678 Sociologie: ordem e políticas sociais na atualidade / Organizadores Marcelo Máximo Purificação, Maria Filomena Rodrigues Teixeira, Cinara Miranda Chaves. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5983-679-6
DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.796212911>

1. Sociologia. I. Purificação, Marcelo Máximo (Organizador). II. Teixeira, Maria Filomena Rodrigues (Organizadora). III. Chaves, Cinara Miranda. IV. Título. CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

Prezado leitor, saudação.

Colocamos à sua disposição a obra - “Sociologie: Ordem e política sociais na atualidade”, organizada em dois volumes. Uma obra que nasceu marcada pela força e expansão de seus discursos no campo das ciências sociais e áreas afins, requerendo diálogo e reflexão sobre questões que nos são caras, necessárias e urgentes nesta nova ordem social. Uma obra editada em várias mãos e idiomas, envolvendo pesquisadores de vários países, comprometidos com a reflexão permeada por ordens políticas e sociais que emergem em contextos sociais ao redor do mundo. Neste primeiro volume, os textos apresentam grande diversidade e estabelecem vínculos com as seguintes palavras-chave: Anatomia do idoso; Atualidades; Comunidade marginada; Desenvolvimento socioeconômico e humano; Desenvolvimento urbano; Engajamento; Estudo comparativo; Família; Feminismo; Gênero; Jornalismo colaborativo; Licenciatura; Liderança comunitária; Mediação da informação; Movimento Social; Mulher; Organizações; Pandemia; Política de cotas; Políticas sociais; Prática docente; Preconceito; Sociedade; Sociedade civil; Sociologia. Desejamos a todos você uma excelente leitura.


Marcelo Máximo Purificação
Elisângela Maura Catarino
Cinara Miranda Chaves

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A LIDERANÇA COMUNITÁRIA ENQUANTO ARTICULADORA DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E HUMANO EM UMA COMUNIDADE MARGINADA DO RIO GRANDE DO SUL


Fabiana Pereira Rosa
Victor Hoffmann Moreira
Gabriel Debastiani De Mello
André Prates Carneiro
Monique taisa wilborn

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7962129111>

CAPÍTULO 2..... 17

A MULHER NOS MOVIMENTOS SOCIAIS E A LUTA CONTRA O PRECONCEITO POR SER MILITANTE


Ayna Miranda da Silva Nogueira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7962129112>

CAPÍTULO 3..... 30

ANATOMIA DOS IDOSOS ¿DO QUE ESTAMOS FALANDO QUANDO FALAMOS DE MEIA-IDADE?


Sandra Sande Muletaber

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7962129113>

CAPÍTULO 4..... 40

A POLÍTICA DE COTAS A PARTIR DA LEI Nº 12.034 DE 29 DE SETEMBRO DE 2009 E AS ELEIÇÕES DE 2008, 2012 E 2016 PARA AS CÂMARAS MUNICIPAIS NO RIO GRANDE DO SUL

Luzihê Mendes Martins
Fabiana Pereira Rosa
Juliane Danielle Dos Santos
Monique Taisa Wilborn
Victor Hoffmann Moreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7962129114>

CAPÍTULO 5..... 54

COVID Y DECRECIMIENTO ¿IMPUESTO O RELEXIVO?


Armando Sánchez Albarrán
Luis Fernando Gálvez Bailón

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7962129115>

CAPÍTULO 6..... 67

DIAS GOMES E OS ESPETÁCULOS MUSICAIS: CULTURA, ARTE NO BRASIL SOB A DITADURA MILITAR


Kátia Rodrigues Paranhos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7962129116>

CAPÍTULO 7..... 78

IATROGENIA Y NUEVA SOCIALIDAD: UN ESTUDIO DE LOS EFECTOS EN EL DESARROLLO DE LA SENSIBILIDAD SOCIAL DE UN GRUPO DE ADOLESCENTES DESINSTITUCIONALIZADOS

Clody Genaro Guillén Albán

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7962129117>


CAPÍTULO 8..... 94

ESTUDO COMPARATIVO SOBRE O EFEITO MULTIPLICADOR DO FINANCIAMENTO DA UNIÃO EUROPEIA ENTRE 2014 E 2020 NAS 7 REGIÕES ECONÓMICAS PORTUGUESAS

Diamantino Ribeiro

Natacha Jesus-Silva

João Ribeiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7962129118>

CAPÍTULO 9..... 104

LOS INDICADORES DE DESARROLLO COMO CONTRIBUCIÓN AL DESARROLLO SOSTENIBLE


Ana Emaides

María Liliana Salerno

Magister Juan Balussi

Lic. Marianela Truccone


Magister Daniela Paredes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7962129119>

CAPÍTULO 10..... 112

JORNALISMO COLABORATIVO E OS NOVOS PARÂMETROS PARA SELEÇÃO E INTERMEDIACÃO DA NOTÍCIA


Mayara Wasty Nascimento de Farias

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79621291110>

CAPÍTULO 11..... 123

LA IGLESIA MINISTERIO INTERNACIONAL ENCUENTRO CON JESÚS EN URUGUAY: UN ANÁLISIS CUALITATIVO EN EL MARCO DE LA TEOLOGÍA DE LA PROSPERIDAD

María Victoria Sotelo Bovino

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79621291111>

CAPÍTULO 12..... 133


LA PRÁCTICA DOCENTE FACTOR DETERMINANTE DE LOS INCIDENTES CRÍTICOS EN LA LICENCIATURA DE SALUD PÚBLICA DE LA U.M.S.N.H.

Adriana Calderón Guillén

Gaudencio Anaya Sánchez

Estefany del Carmen Anaya Calderón


Roger Nieto Contreras
Victor Hugo Anaya Calderón

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79621291112>

CAPÍTULO 13..... 149

LOS MOVIMIENTOS LABORALES Y LAS REDES SOCIALES. LA CONSTRUCCIÓN DE UNA REALIDAD FRAGMENTADA


Cirila Quintero Ramírez

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79621291113>

CAPÍTULO 14..... 159

LAS ORGANIZACIONES DE LA SOCIEDAD CIVIL COMO ACTORES DEL DESARROLLO URBANO EN CHILE: AFECTOS Y JUSTIFICACIONES

Rosario Palacios

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79621291114>

CAPÍTULO 15..... 174


PERFIL DE USUARIOS DE CASINOS Y COSTOS INDIVIDUALES, FAMILIARES Y SOCIALES EN EL MARCO DE PRÁCTICAS DE ESPARCIMIENTO, CASO MEXICALI, BAJA CALIFORNIA, MÉXICO

Margarita Barajas Tinoco

José Ascensión Moreno Mena

Norma García Leos

Marisol Lara Maldonado


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79621291115>

CAPÍTULO 16..... 185

“O NOVO CÓDIGO CIVIL E COMERCIAL DA NAÇÃO NA ARGENTINA E O CUIDADO DA FAMÍLIA: POSSIBILIDADES PARA PENSAR EM POLÍTICAS PÚBLICAS A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA DESCOLONIAL”

Laura Beatriz Montes

Stella Maris Cusimano


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79621291116>

CAPÍTULO 17..... 198

POLÍTICAS PÚBLICAS QUE CONSTROEM SIGNIFICADOS SOBRE FAMÍLIAS E MULHERES, SITUADAS EM UM MAR DE VULNERABILIDADES

Stella Maris Cusimano

Laura Beatriz Montes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.79621291117>

SOBRE OS ORGANIZADORES 211

ÍNDICE REMISSIVO..... 213

CAPÍTULO 14

LAS ORGANIZACIONES DE LA SOCIEDAD CIVIL COMO ACTORES DEL DESARROLLO URBANO EN CHILE: AFECTOS Y JUSTIFICACIONES

Data de aceite: 01/11/2021

Enviado: 05/10/2021

Rosario Palacios

Pontificia Universidad Católica de Chile

Escuela de Antropología

Santiago, Chile

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8839-3520>

Resumen: En los últimos años, la acción de la sociedad civil en el desarrollo urbano se ha potenciado significativamente. La ciudadanía organizada se ha transformado en un actor importante compartiendo esta tarea con el Estado y estableciendo con él interacciones en las que circulan emociones diversas, de las que emerge tanto el conflicto como la colaboración. Las organizaciones civiles se relacionan con el Estado, por una parte, como representantes de diversas poblaciones en situación de necesidad respecto a su experiencia en la ciudad, y por otra, como actores proactivos que resuelven demandas de la población por sus propios medios, de manera innovadora y estableciendo alianzas con el sector privado y otras organizaciones sociales. Cuestionan la práctica centralizadora de la planificación urbana estatal a través de tácticas espaciales que relevan la experiencia cotidiana, necesidades y características específicas de barrios y áreas urbanas. Sin embargo, reconocen el rol del Estado como actor principal para enfrentar los déficits de urbanización de grandes ciudades y las enormes desigualdades sociales asociadas a un desarrollo urbano en el marco de un sistema económico neoliberal. En base a entrevistas semi-estructuradas con líderes de diez organizaciones del tercer sector que actúan en distintos ámbitos del desarrollo urbano, se presentan y analizan diversas tensiones entre el Estado y la sociedad civil organizada. A partir de su análisis se proponen algunos elementos metodológicos para integrar en una visión híbrida, que incluya la diversidad de actores públicos y de la sociedad civil, distintas escalas y aspectos fundamentales para entender la experiencia urbana y actuar en el territorio. Finalmente, se discuten el rol y la responsabilidad de la sociedad civil como actor del desarrollo urbano desde las perspectivas de la individualización la cohesión social y las justificaciones particulares.

PALABRAS CLAVE: desarrollo urbano, sociedad civil, afectos, Estado, justificaciones

CIVIL SOCIETY ORGANIZATIONS AS ACTORS IN URBAN DEVELOPMENT: AFFECTS

AND JUSTIFICATIONS

ABSTRACT: In recent years, civil society have enhanced their actions in urban development. Non-profit organizations have become an important actor, sharing many tasks with the State. Social organizations establish affected interactions with the State in which diverse emotions circulate and from which both conflict and collaboration emerge. Civil organizations relate to the State on the one hand as representatives of various populations in need with respect to their experience in the city, and on the other, as proactive actors that resolve population's demands by their own means. They work in an innovative way and establish alliances with the private sector and other social organizations. They question the centralized practice of State in urban planning through spatial tactics that reveal the daily experience, needs and specific characteristics of neighborhoods and urban areas. However, they recognize the State as the main actor for facing large cities urbanization deficits and huge social inequalities associated with urban development within the framework of a neoliberal economic system. Drawing on semi-structured interviews with leaders of civil society organizations performing in different areas of urban development, I present various tensions between the State and civil society organizations. Based on its analysis, I propose some methodological elements to integrate in a hybrid vision, which includes the diversity of public actors and civil society, different scales and key aspects to understand urban experience and act in the territory. Finally, I discuss the role and responsibility of civil society as an actor in urban development from the perspectives of individualization, social cohesion and individual justifications.

KEYWORDS: urban development, civil society, affects, State, justifications.

INTRODUCCIÓN

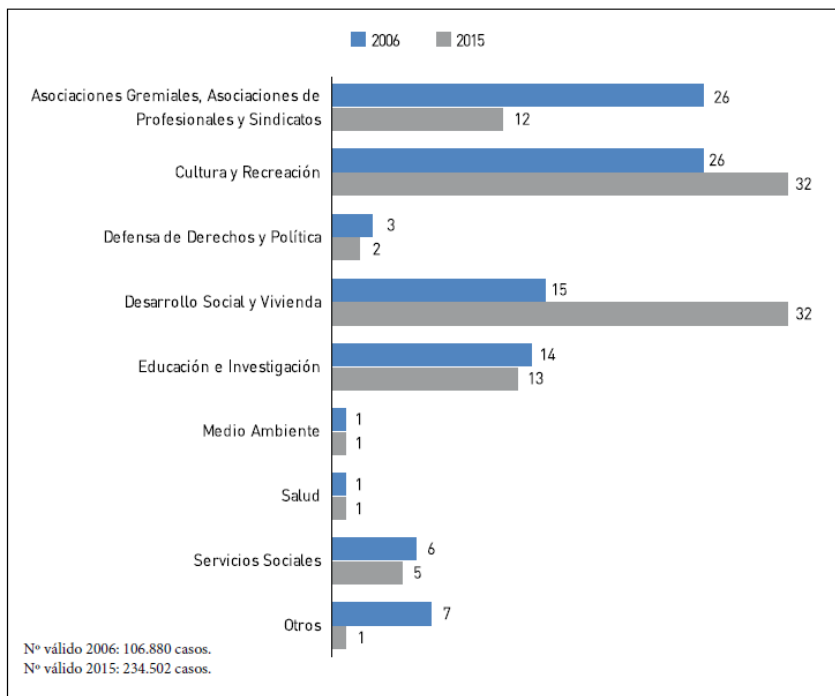
Las organizaciones sociales en Chile han crecido muchísimo en los últimos veinte años. Desde el término de la dictadura a principios de los años noventa, el país potenció el camino de la organización social en distintos ámbitos. Entre ellos, podemos destacar el del desarrollo urbano, incluyendo dentro de este espectro dimensiones medioambientales, de vivienda, e identidad. A las organizaciones territoriales de base, representadas principalmente por las juntas de vecinos, se fueron sumando otros grupos con objetivos específicos y miembros no asociados necesariamente a un territorio, sino que a un propósito. En el Cuadro N°1 se muestra que las organizaciones orientadas al desarrollo social y vivienda, cultura y recreación, y medio Ambiente forman parte del nuevo panorama de las organizaciones sociales en Chile.

Si bien es claro que el aumento de las organizaciones sociales fue explosivo a partir de los años noventa, es importante notar que Chile, hasta antes de la dictadura, no se destacaba por su nivel de asociatividad. (Ver Cuadro N° 2 y Cuadro N° 3).

Desde una mirada histórica, siguiendo a Salamon et al. 2017, se observa que en Chile se transitó de un patrón estatista a uno de asociación de bienestar, en el que se incorpora a la empresa privada y las organizaciones sociales a la

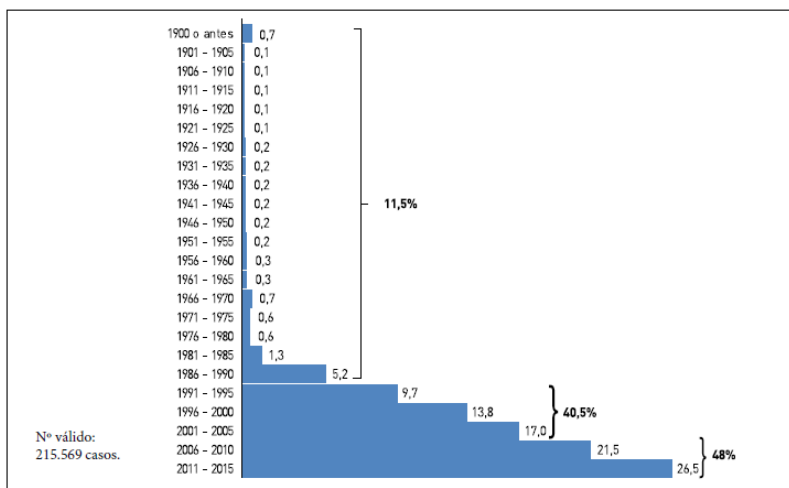
Cuadro N° 1: Organizaciones orientadas al desarrollo social y vivienda, cultura y

recreación, y medio ambiente.



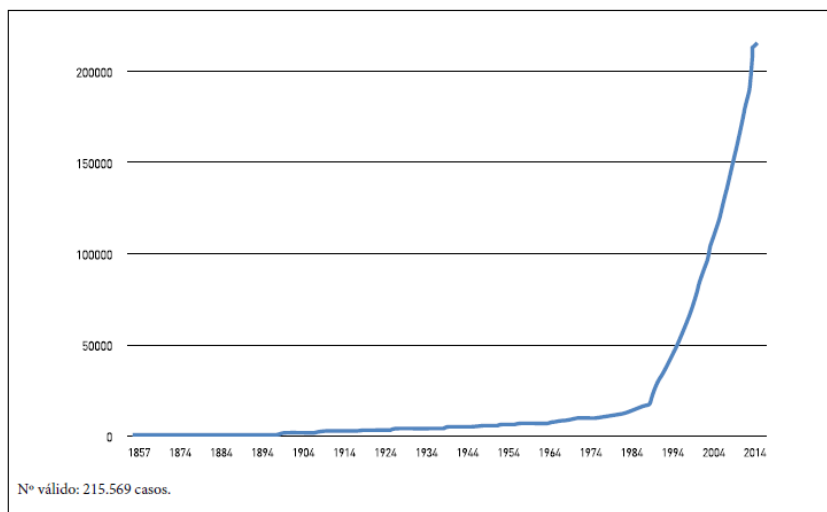
Fuente: Centro de Política Públicas, Universidad Católica de Chile (2016).

Cuadro N° 2 Asociatividad en Chile, perspectiva histórica. % de organizaciones según tramos de año de inscripción.



Fuente: Centro de Política Públicas, Universidad Católica de Chile (2016).

Cuadro N° 3: Crecimiento de organizaciones sociales en Chile. Número acumulado de organizaciones.



Fuente: Centro de Política Públicas, Universidad Católica de Chile (2016).

provisión de bienes y servicios básicos, y a la promoción de derechos fundamentales como la salud, la vivienda y la educación. Sin embargo, el Estado, sigue siendo el principal proveedor de bienes y servicios sociales para gran parte de la población. La Constitución de 1980 al establecer el Estado subsidiario repliega al Estado de su protagonismo como dotador de bienes y servicios, pero la gran parte de la población que no puede acceder a la oferta privada sigue dependiendo de él.

En este contexto, las organizaciones sociales han adquirido un rol como representantes de las poblaciones necesitadas, y por otro, como actores para lograr satisfacer las demandas de los más vulnerables, entre las que se destaca la urgencia por ciudades que brinden vivienda, trabajo, un entorno saludable y permitan la vida en comunidad.

Las organizaciones sociales y el desarrollo urbano

Este artículo se centra en un tipo de organizaciones sociales como actoras en el desarrollo urbano; las organizaciones no gubernamentales, sin fines de lucro, creadas en torno a un objetivo urbano específico. Estas organizaciones se diferencian de organizaciones territoriales como las juntas de vecinos que actúan en torno a un espacio determinado, y de las organizaciones comunitarias que se desarrollan en torno a un grupo específico, muchas veces ligado a una actividad, por ejemplo, los grupos deportivos o folklóricos. Mi interés en explorar el crecimiento y forma de actuar de las organizaciones no gubernamentales dedicadas a temas de desarrollo urbano, se relaciona con que son estos grupos los que han

trabajado muchas veces a nivel nacional, dialogando con las políticas públicas de distintos temas, lo que ha iniciado una revisión del quehacer del Estado en distintas dimensiones. En esa línea, han interpelado la acción del Estado como actor experto en lo urbano y figura de poder sobre la ciudadanía.

A continuación se presenta un breve marco teórico que revisa las principales ideas en relación a las tensiones entre expertos y legos y sus justificaciones, enmarcando en esa lógica la interacción que se da entre el Estado y sus políticas públicas y los ciudadanos, representados por las organizaciones de la sociedad civil. También se entregan algunos puntos relevantes respecto a los afectos y emociones, siguiendo las reflexiones del giro afectivo de las ciencias sociales y su potencialidad para explorar y analizar las interacciones, en este caso específico, las interacciones entre Estado y ciudadanos. Luego se presentan las preguntas que guían la exploración de las organizaciones sociales como actoras del desarrollo urbano y la metodología de la investigación, sus hallazgos y discusión, y las conclusiones.

El Estado experto frente a ciudadanos *legos*

El Estado de Chile, como actor principal en el desarrollo urbano a través de sus políticas de vivienda y urbanismo ha sido fuertemente cuestionado por las organizaciones sociales en los últimos 25 años. Después de retomar intensivamente la política de vivienda en los años noventa, en los que se priorizó la construcción por sobre el planeamiento urbano de los conjuntos (Fuster-Farfán 2019), la fuerte demanda por mejor calidad y localización de las unidades se convirtió en la voz colectiva de las organizaciones sociales. Por otra parte, la instauración del sistema de concesiones urbana, que trajo de la mano la construcción de autopistas en las ciudades y la promoción tácita del uso del automóvil, dio paso a los reclamos de organizaciones de ciclistas y peatones. Asimismo, el impacto ambiental de las nuevas infraestructuras viales detonó la crítica de vecinos organizados.

En ese contexto, las tensiones entre el Estado, como institución de planificadores expertos, y los ciudadanos, se multiplicaron y escalaron. Los procesos de distintas controversias entre estos dos grupos, que podríamos identificar siguiendo a la literatura (Callon 1986) como de expertos y legos, demostraron que el saber urbano está distribuido, y que ya no podemos entender al Estado como un actor con conocimiento privilegiado en el tema. Las organizaciones sociales demandan una democratización en la toma de decisiones y aspiran a tener un rol en el diseño y gestión de las políticas públicas urbanas.

Michel Callon (1986) habla de una demanda por la co-producción, en la que una diversidad de actores tengan participación activa. En este planteamiento se implica que todos los actores tienen conocimiento y pueden aportar perspectivas válidas y merecedoras de ser tomadas en cuenta. Se multiplican, entonces, las fuentes de autoridad y la capacidad de los antes percibidos como no expertos para problematizar el conocimiento técnico o experto, desacreditar supuestos, cuestionar definiciones y exigir inclusión de nuevos criterios.

Callon celebra el proceso de co-producción y propone foros híbridos (1999), en el que una

variedad de actores propongan sus ideas y debatan, no para defender su propuesta, sino que para crear una nueva, construida a partir de las diferentes posiciones:

“La legitimidad de esta empresa común, a través de la cual nuevo conocimiento y nuevas identidades son creadas en conjunto, descansa enteramente en la habilidad de los grupos concernidos de lograr reconocimiento por sus acciones” (1999: 92, traducción propia).

La propuesta de Callon abre espacio para entender la tensión como oportunidad y el conflicto como “diseñado para resolver divergencias, es siempre un camino para lograr cierta forma de unidad.” (Simmel, 1957 [1904], traducción propia). Por una parte, la apertura de la investigación científica y tecnológica, en este caso, del ámbito urbano, y por otro, la significación del saber del público no expertos como constitutivo del conocimiento, darían paso a mejores soluciones a través de un “aprendizaje colectivo cruzado”, entendido como el proceso de co-producción del conocimiento a través del entrelazamiento de diferentes tipos de saberes que, en vez de anularse o estigmatizarse se contaminan recíprocamente para generar conocimientos y soluciones nuevas (Callon 1999).

Para que fluya este proceso, es imprescindible que los actores logren coordinarse y aceptar las justificaciones de los otros, es decir, logren verificar lo declarado por los demás como su lógica de justificación, como su grandeza (Boltanski y Thévenot 1999). En este sentido, si el Estado plantea como lógica de justificación su compromiso con el bien común, con valores que trascienden intereses partidistas y personales, debe demostrarlo frente a las organizaciones ciudadanas, que a su vez argumentan luchar por un mundo mejor. El resultado, en esta lógica de justificación, no es lo único importante. También lo es el proceso, el cómo de hagan las cosas. El cómo, implica el camino a las decisiones; el tipo de reflexión y participación desplegada, la experiencia en terreno que sustenta los acuerdos, y la responsabilidad con que se toman aquéllos. Y es en el cómo donde radican muchas de las tensiones entre Estado y ciudadanos organizados.

La interacción entre Estado y organizaciones sociales es una interacción profundamente afectiva. Las emociones que circulan en torno a cada proceso construyen atmósferas afectivas (Anderson 2019) que afectan a los actores involucrados. Los afectos son intersubjetivos, circulan y suceden en relaciones entre actores. Los elementos implicados en estas interacciones son diversos, constituyen un ensamblaje (Deleuze y Guatari 2004) de partes que se vinculan y desvinculan dinámicamente. Las emociones circulan a través de dichos, figuras, formularios, jerarquías, edificios, materialidades de múltiples ídoles, personas y cosas. Ciertas emociones son recurrentes en torno a determinados elementos dando paso a asociaciones pegajosas (Ahmed 2004), es decir, se vuelven parte de las características de tales. De esta forma, el Estado adquiere cargas afectivas que pueden estar ligadas, por ejemplo, al abuso, el abandono, la rabia y la autoridad; a la compasión, la ayuda, la protección y el respeto; a la negligencia, la pasividad, la burocracia o la indiferencia. Desde esta perspectiva, “el Estado no es necesariamente un aparato desencantado y racional de

contención y regulación, sino que puede ser uno de oscuros ensamblajes que detonan aquello que es más profundo entre nosotros” (Laszczkowski & Reeves 2018). Los afectos son fundamentales para entender la forma en que se configura la relación entre las organizaciones sociales y el Estado y en qué medida contribuyen u obstaculizan su coordinación, la que implica la credibilidad mutua respecto a las justificaciones esgrimidas por cada cual.

Las justificaciones de la sociedad civil organizada

Siguiendo a Boltanski y Thévenot (1999) interesa conocer cómo son las justificaciones están detrás de las acciones desplegadas por las organizaciones sociales dedicadas al desarrollo urbano. Para ello, es también necesario describir y analizar cuáles son sus percepciones sobre lo urbano y la acción del Estado al respecto, sus valores y demandas. Cabe suponer que las organizaciones de la sociedad civil despliegan la justificación de sus acciones en el ámbito de lo que Boltanski y Thévenot llaman la justificación cívica, en su orden de valor. Esta justificación tiene como modo de evaluación de las acciones, es decir, le otorga valor, a lo que se hace en pos del interés colectivo, se mueve por la solidaridad y se despliega en el entendimiento de la igualdad entre las personas. En este último punto es importante notar la diferencia que existe por tanto entre las organizaciones sociales como actoras urbanas y el Estado, ya que las primeras se reconocen como iguales a las poblaciones con y para las que trabajan, en cambio el Estado se posiciona como una figura superior y de autoridad en relación a ellas.

De alguna manera, es de interés conocer en qué medida las organizaciones de la sociedad civil para el desarrollo urbano deben su nacimiento a la crítica del Estado, no sólo a las necesidades urbanas de los habitantes del país. Y, de qué forma su diálogo con el Estado está permeado de afectos, y de cuáles, de manera que el Estado es percibido desde una atmósfera afectiva.

Metodología

Las aproximaciones al fenómeno estudiado fueron abordadas a través de dos métodos complementarios:

1. Entrevistas semi-estructuradas a miembros de organizaciones sociales dedicadas a acciones para el desarrollo urbano. Las organizaciones sociales escogidas trabajan principalmente en la ciudad de Santiago y fueron seleccionadas a través de una muestra intencionada respecto al universo de organizaciones sociales sin fines de lucro de manera de obtener la mayor diversidad en cuanto a los objetivos específicos del trabajo de la organización. De esta forma, se entrevistaron a miembros de organizaciones con acciones en temas de vivienda, espacios públicos, movilidad, barrio, medio ambiente, inclusión, y patrimonio.

Las entrevistas se orientaron a entender las motivaciones de la fundación para hacer su trabajo, su relación con el sector público y percepción sobre el trabajo del mismo en desarrollo urbano, sus metodologías de trabajo y formas de financiamiento.

Las entrevistas fueron grabadas en audio y transcritas de manera anonimizada. De ellas se rescataron descripciones densas (Geertz, 2003), es decir, no sólo ilustrativas de episodios esporádicos, sino que representativas de las conexiones (o desconexiones) entre las organizaciones y sus culturas y el trabajo del Estado en desarrollo urbano. En el análisis se relevaron las características que constituyen percepciones y discursos fundamentales (Goetz y LeCompte, 1988; Taylor y Bogdan, 2000). El material transcrito fue revisado y clasificado mediante codificación abierta y axial, priorizando el rescate de significados y discursos (Taylor y Bogdan, 2000; Strauss y Corbin, 2002; Charmaz, 2007; Flores y Naranjo, 2013). La codificación del material fue sometida a análisis teórico fundamentado, elaborando como resultado categorías inductivas (Charmaz, 2007).

Se tomó en cuenta la perspectiva narrativa, en el sentido de que las entrevistas se analizaron teniendo en cuenta el contexto de la persona entrevistada y su relato en cuanto experiencia personal y organizacional. Fue importante explorar cuánto hay de político y cuánto de personal en cada narrativa y entender al hablante como un actor intelectual capaz de interpelar la acción del Estado desde la subalteridad, como autoridad intelectual y epistemológica.

Hallazgos y discusión

Los relatos analizados acarrean emociones, despiertan empatía y permiten que el mundo social devenga un espacio intersubjetivamente compartido. Como argumenta Moon, los testimonios suman una dimensión afectiva: ellos testifican sobre el sufrimiento humano detrás de los datos, y realizan interpelaciones emocionales que invocan empatía (Moon, 2012). En tal sentido, se advierte una gran motivación por su trabajo en los entrevistados, lo que puede extenderse a la organización. Tal motivación, al expresarse, se traduce en trabajo metódico y bien hecho, informado técnicamente y en sintonía con los territorios, y notablemente se describe en comparación a acciones similares desplegadas por el Estado en el mismo ámbito:

“Con los dirigentes, no con toda la organización, sino que con los dirigentes de las organizaciones, con los líderes de las agrupaciones, se trabaja con un autodiagnóstico, es decir, qué competencias queremos desarrollar. [...]”

La diferencia [con el Quiero mi Barrio, programa del Ministerio de Vivienda y Urbanismo] es que nosotros siempre hemos tenido bien claro, es que nosotros no creamos otra institución como el Consejo Vecinal de Desarrollo, el CVD que crea el Quiero mi Barrio, sino que en el fondo potenciamos las organizaciones que hay.” (Entrevista a miembro de organización focalizada a mejorar barrios 1).

Sin explicitarlo, se hace una crítica a la forma de trabajo del Estado en relación a que no respeta los actores vecinales existentes y que no entiende las dinámicas situadas en los territorios. En la misma línea, un miembro de una organización focalizada en desarrollo urbano, describe el trabajo e su colectividad como centrado en la participación ciudadana y resalta el vacío al respecto en las acciones del sector público:

“El rol de nosotros es ejecutar las actividades de participación ciudadana del proyecto [proyecto de corredores de buses en Santiago ejecutado por el Estado], entonces en el fondo somos los encargados de ejecutar las actividades para poder hacer el link con la consultora de diseño que se va a adjudicar el proyecto ahora luego.[...] “Cómo se hace participación, cómo se toman las decisiones, o sea, hay un nivel de opacidad en cómo se toman las decisiones grande para la ciudadanía”. (Entrevista a miembro de organización focalizada en desarrollo urbano 1).

La debilidad en la participación ciudadana es una de las críticas más recurrentes al quehacer del Estado, y se significa como violenta y autoritaria. Sin embargo, al mismo tiempo, las organizaciones buscan construir su identidad no sólo como demandantes de la inclusión al quehacer público, sino que también como actores independientes e innovadores. Los miembros de una organización focalizada en el rescate patrimonial enfatizan lo novedoso de su trabajo y no se quedan en enumerar lo que el Estado no hace o hace mal. Es más, temen que sus propuestas sean abducidas por el Estado, burocratizadas y convertidas en tecnocracia carente de sentido:

“Nosotros decimos que pasamos de la protesta a la propuesta, a través de cabildos e iniciativas autogestionadas de diagnóstico participativo, pero siempre buscando que la gente no solamente demande, exigimos al Estado y a las autoridades, por supuesto, siempre, pero junto con eso buscar involucrar al vecino en el destino de su territorio.” (Entrevista a miembro de organización focalizada al rescate del patrimonio 2).

“Esto es lo que nosotros queremos decir, si ustedes nos dan la plata, bakán [modismo chileno que significa muy bueno], nosotros la ocupamos en esto, y vamos a hacer esta actividad, pero en el fondo no transamos o no flexibilizamos nuestra postura ideológica y política o económica, incluso sobre el patrimonio”. (Entrevista a miembro de organización focalizada al rescate del patrimonio 2).

La opción por mantener su individualidad nace simultáneamente de querer marcar la diferencia con el Estado como de percibir formas simbólicas que no comparten y que denotan falta de voluntad para co-construir políticas públicas.

“Las cosas se están moviendo en otro lado, en un lado en que la sociedad civil no tiene acceso, simplemente no tiene, o sea, el máximo el máximo acceso es llegar a esa mesa de conversación con el Intendente en la punta.” (Entrevista a miembro de organización focalizada al rescate del patrimonio 2).

Cuando el entrevistado caracteriza la situación con “el intendente en la punta” deja ver su percepción respecto de la estructura jerárquica que impone el Estado a los demás actores con los que interactúa. Ellos defienden un trabajo inclusivo y en esa línea creen que falta

mucho por avanzar en la interacción del Estado con la sociedad civil.

Al mismo tiempo que se distinguen de la forma de trabajo del Estado, las organizaciones sociales reconocen que sus recursos para la acción son muy limitados y que sólo en alianza con el sector público podrían tener un impacto mayor. En ese entendimiento, algunas organizaciones al no lograr un acuerdo de trabajo se orientan a tareas de menor escala y así justifican su labor. Por ejemplo, un miembro de una organización dedicada a la vivienda social explica el trabajo de su colectivo como una labor que atiende sectores específicos y no masivos:

“En general lo que nosotros nos vamos a focalizar va a ser en las problemáticas medias intersticiales, con como esos intersticios o esos espacios donde ciertamente no hay un mercado que esté resolviendo esos problemas o no hay un Estado presente. [...] El decreto para los más vulnerables es el que más trabas y más burocracia tiene, y menos prioridad le da el Estado, le da mucho más prioridad a los programas que son más flexibles, que son más fáciles, que son más rápidos, por una cuestión mucho ... a mi modo de ver obvia, por un lado hay una crisis económica que afecta y va a afectar el trabajo, ahí entonces hay un camino rápido que en general el Estado siempre quiere estimular el desarrollo de proyectos para poder generar empleo.” (Entrevista a miembro de una organización focalizada en vivienda 1).

En la narrativa se ve que junto con argumentar para justificar las opciones de su organización, también entrega su percepción sobre las razones por las cuales el Estado no actúa en ciertos sectores. En su narrativa la descalificación es tácita y circulan emociones de desaprobación. Otros grupos no optan por buscar caminos alternativos, sino que mantienen su demanda al Estado por actuar en lo urgente y lo masivo. El entrevistado de una organización dedicada a la vivienda social es explícito en declarar que la acción pública, masiva y con recursos importantes es urgente:

“Nosotros atacamos solamente desde un lado y no lo vamos a lograr, tenemos que aliarnos con otra persona porque nosotros solos no somos capaces de lograr algo que es tan profundo como el problema de los campamentos.” (Entrevista a miembro de organización de vivienda 2).

En esa misma línea, un miembro de una organización enfocada a desarrollo urbano reconoce como aspiración el escalar sus prácticas a través de alianzas con el Estado y cree que la rigidez de la agenda pública no da espacio para abrirse a nuevas acciones:

“Yo creo que sí nos interesaría estar más vinculados con el Estado, si me lo preguntas yo creo que sí es por escalar en ciertas iniciativas o por tener un más largo plazo de esas iniciativas. [...] “Por ejemplo, estamos impulsando este programa de los malones con el GORE [Gobierno] Metropolitano que seguimos preparando como un programa y viendo cómo se puede meter dentro, pero no es tan evidente. Como la generación pasa el programa porque hay una agenda pública que está hacia un punto y claro las iniciativas muchas veces de este tercer sector se tratan de colar en la agenda. Pero hay veces que se salen del objetivo, el que está dentro de lo público, que tiene que sacar su propia agenda, no sé si me entiendes. Yo creo que eso a veces lo hace más difícil”. (Entrevista a miembro de organización de desarrollo urbano 2).

Una de las posibles explicaciones a que el Estado no dé cabida a iniciativas fuera de su agenda que entrega el entrevistado miembro de la organización social medioambiental es que el sector público no innova no es proclive a la experimentación:

“Nos tildaban de hippies, ¿por qué van a cultivar la ciudad, por qué están haciendo esto? Cero valorado, casi como un trabajo que, oye, ya, filo, te pago 50 lucas [modismo chileno para referirse a un US dólar aproximadamente] y construye un huerto, porque cuánto va a costar eso, súper subvalorado.”

“Tuvimos huertos afuera de La Moneda, pero eso quedó ahí, porque eso es algo que se sabe que se hace, pero más allá de eso no se hace, porque no está en la agenda de ellos, y claro nosotros lo tratamos de hacer, pero ellos están viendo un millón de cosas más que a lo mejor son más mediáticas que la agricultura urbana, que para la conciencia del político es la lechuga.” (Entrevista a miembro de organización de medioambiente 1).

Nuevamente los afectos circulan en la relación entre Estado y organizaciones sociales. El desdén con el que se refiere en entrevistado a los políticos denota una percepción de ellos como cortos de vista y poco informados. La justificación cívica del Estado para su acción se descarta con estos dichos y en cambio, se instala la percepción de un Estado estratégico que atiende sólo a sus fines y no a los del bien común.

En contraste, las organizaciones sociales justifican su acción en el marco del trabajo por lo colectivo no sólo en términos de compromiso, sino que también de excelencia en su quehacer. Su innovación la significan no como un éxito técnico sino que como una oportunidad para dar mejores soluciones a la ciudadanía:

“También poder mirar los temas desde otra perspectiva o las soluciones de otra perspectiva, la sociedad civil tiene capacidad para innovar en cosas y no estoy pensando en innovar en cuestiones constructivas, sino que innovar en desarrollo social, en intervención social, tienen más capacidad de innovar.” (Entrevista a miembro de organización de vivienda 1).
“Nosotros creamos un monitor de accesibilidad, que principalmente era algo interno, que nosotros lo ocupamos para evaluar los terrenos donde vivían y también lo ocupamos como modelo de evaluación para todos los proyectos vivienda que hemos construido hacia atrás, (...) tenemos esto y se lo regalamos a todo el país, si nos dan más información nosotros podemos seguir trabajando.” (Entrevista a miembro de organización de vivienda 2).

El abandono del Estado a ciertas minorías va de la mano con emociones de rabia y cansancio. En esa atmósfera, algunas organizaciones sociales optan por un camino solitario, sin esperar posibles alianzas:

“Ocho alumnos ciegos de la Universidad de Chile, estudiantes de Derecho, ellos nos llaman donde ellos tienen el problema puntual en su universidad que tienen dos guías táctiles y es triste porque es todo lo que tienen en accesibilidad ahí y todos los otros niños se sientan arriba, tiran la mochila encima, entonces (...) a partir de esas reuniones con ellos estamos generando todo un documento para pedir el cambio de diseño y de instalación de las guías táctiles.[...] Es siempre lo mismo, no hay platas, es como un rastrojo, y eso molesta un poco, porque uno sabe que de repente están hablando, nos

ha pasado que hablan de miles de millones, y no existen 500 mil pesos para una capacitación para el tema, o sea, es siempre humillante, yo creo que humillante, lo veo y porque creo que aún mucha gente entiende que va para solucionar el grupo, a este pequeño submundo de personas con discapacidad que tiene un menor valor.” (Miembro de organización de desarrollo urbano 3).

La elección de no trabajar con el sector público también radica muchas veces en la necesidad de mantener la independencia y la capacidad crítica. De alguna manera, en las narrativas de algunos entrevistados se lee que la sociedad civil como observadora del quehacer público no quiere ser coaptada por él:

“Del sector público hemos tenido fondos, no han sido los mayoritarios en este momento, por ejemplo, tenemos un financiamiento de la subsecretaría de prevención del delito que va a hacer un trabajo que tiene que ver con delito y espacio público, pero en general ha sido lo menos, ha sido una fuente más bien pequeña. En realidad tú tratas de evitarlo porque nuestro trabajo es criticar de una manera más pesada y a veces también de la manera más constructiva posible, los actores de la municipalidad y del Gobierno y tú necesitas una independencia en lo posible, y tú quieres tener un financiamiento independiente.” (Miembro de organización de desarrollo urbano 4).

Una de las críticas que se suman a la falta de espacios para la participación ciudadana que ofrece el Estado, su poca innovación y su agenda más estratégica que cívica, es la falta de excelencia técnica profesional. Las organizaciones ven un desbalance entre lo que se les exige técnicamente a ellas para ser aliadas del Estado y las capacidades profesionales de este último:

“Cuando tú me decías qué problemas han tenido, es una cosa con la rigurosidad de lo público, con la profundidad que existe en lo público, porque a veces los temas tú los puedes hacer, pero hay temas que necesitan ser no tan superficiales, a ver cómo lo hacemos, qué tenemos, no, tienes que tener en la mente relacionar distintas cosas y profundizar (...) me ha pasado con los entes públicos, son especialistas en detallar protocolos súper rigurosos para los otros, para las fundaciones, y les encuentro toda la razón, porque si hay platas metidas y es del Estado, que me midan con rigurosidad, te prometo que no fue problema para mí, pero cuando yo llego a una reunión y me doy cuenta que la rigurosidad y la profundidad me la están pidiendo a mí no más y que no es parte del quehacer para la secretaria técnica o para los otros, te viene una cuestión de una lata súper grande.” (Miembro de organización de medio ambiente 3).

CONCLUSIÓN

Con distintos énfasis y argumentos, los entrevistados miembros de organizaciones sociales para el desarrollo urbano manifiestan su disconformidad no sólo con la labor del Estado en materias de ciudad, sino que también con la forma en que éste lleva a cabo sus políticas. Las aspiraciones de participación de las organizaciones sociales se anclan en su entendimiento y significación de la misma, la que va más allá de escuchar diversas

opiniones en relación a las políticas urbanas que se implementan, sino que implica hacer de las personas protagonistas de sus propias soluciones. Esta visión supera la distinción entre Estado y ciudadanos como si se tratara de proveedor y beneficiarios y enfrenta a todos los actores como sujetos con competencias y capacidades. El énfasis que algunas organizaciones, como las observadas en este artículo, ha puesto en la proactividad y liderazgo de acciones innovadoras para el desarrollo urbano ha contribuido a que en el diseño de políticas urbanas se exija mayor participación y que se cuestionen las prácticas centralizadoras de la planificación urbana estatal a través de tácticas espaciales (de Certeau 1984) que relevan la experiencia cotidiana, las necesidades y características específicas de barrios y áreas urbanas.

El Estado es percibido por las organizaciones como un actor que quiere aparecer empático antes estas demandas por mayor participación, excelencia e innovación, pero que no es genuino en su actuar. En ese sentido, el Estado a través de sus políticas para la participación, como la Ley 20500 sobre asociaciones y participación ciudadana en la gestión pública, del año 2011, que promueve un discurso a favor de la diversidad de opiniones y el co-diseño de soluciones para la ciudad en distintos ámbitos. Sin embargo, su discurso no emerge en un vacío. Hay que tomar en cuenta de que en Chile, el Estado opera en un orden neoliberal que limita la participación ciudadana en cuanto ella atente contra los intereses capitalistas. Autores como Foucault (2008) y McNay (2009) han demostrado que la retórica consistente con la moralidad y las políticas neoliberales han permeado la economía social de mercado y, en consecuencia, los intercambios económicos que construyen la vida urbana.

La participación promovida por el Estado raya en ser apolítica, en cuanto no entrega espacio para la promoción de agencias múltiples con agendas que conllevan ideas sobre el orden social y económico. Para integrar una visión híbrida y profundamente participativa, se debe querer alcanzar un “mundo posible” y no una mera negociación (Tironi 2011). Para ello se debe construir un mapa de actores exhaustivo, a distintas escalas y establecer reglas del juego claras. La transparencia y la publicidad de los procesos participativos es fundamental para mantener el ánimo de cooperación necesario para lograr soluciones.

Por otra parte, la sociedad civil debe transparentar su agenda en los procesos participativos con el Estado. Si bien la independencia e individualidad son valores importantes de las organizaciones sociales, es central que se sumen a un proyecto de sociedad compartido, en el que se ha establecido un Estado como garante de derechos ciudadanos. Las justificaciones específicas de las organizaciones sociales deben alinearse con un proyecto de país y la crítica constante y al margen del sistema puede atentar fuertemente la cohesión social (Beck y Beck-Gernsheim 2003). La performatividad de los afectos en esta interacción es potente, y es por ello que las formas de comunicación entre organizaciones sociales y Estado deben cuidarse.

REFERENCIAS

- Ahmed, S. (2004). *The Cultural Politics of Emotion*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Anderson, B. (2009). Affective Atmospheres. *Emotion, Space and Society*, 2, 77-81.
- Beck, U. y Beck-Gernsheim, E. (2003) *La individualización: el individualismo institucionalizado y sus consecuencias sociales y políticas*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica.
- Boltansky y Thévenot, 1999, "The Sociology of Critical Capacity". *European Journal of Social Theory* 2; 359. 1999.
- Callon, M. (1986a) "Some elements of a sociology of translation: Domestication of the scallops and the fishermen of St Brieuc Bay". En J. Law (Ed.) *Power, Action and Belief: A New Sociology of Knowledge?* London: Routledge & Kegan Paul.
- Callon, M. (1999) The Role of Lay People in the Production and Dissemination of Scientific Knowledge. *Science, Technology and Society* 4, 1: 81-94.
- Centro de Políticas Públicas, Universidad Católica de Chile (2016) *Mapa de las Organizaciones de la Sociedad Civil 2015*. Santiago: Ediciones Universidad Católica de Chile.
- de Certeau, M. 1984, *The Practice of Everyday Life*. Berkeley: University of California Press.
- Charmaz, K. (2007). *Constructing Grounded Theory*. Londres: SAGE.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (2004). *A Thousand Plateaus*. London: Continuum.
- Flores, R. y Naranjo, C. (2014). Análisis de datos cualitativos: el caso de grounded theory-Teoría Fundamentada. En M. Canales (ed.) *Escucha de la escucha: análisis e interpretación en la investigación cualitativa*. Santiago: LOM, 75-114.
- Foucault M. (2008). *The birth of biopolitics: Lectures at the Collège de France 1978-1979*. London, UK: Palgrave Macmillan.
- Fuster-Farfán, X. (2019) Las políticas de vivienda social en Chile en un contexto de neoliberalismo híbrido. *Eure* 45, 135: 5-26. doi: 10.4067/S0250-71612019000200005
- Geertz, C. (2003). *La interpretación de las culturas*. Barcelona: Gedisa.
- Goetz, J. y LeCompte, M. (1988). *Etnografía y diseño cualitativo en investigación educativa*. Madrid: Morata.
- Laszczkowski, M. & Reeves, M. (2018) Introduction. En M. Laszczkowski & M. Reeves (Eds.) *Affective States*. New York-Oxford: Berghahn.
- McNay, L. 2009. Self as Enterprise. Dilemmas of Control and Resistance in Foucault's The Birth of Biopolitics. *Theory, Culture & Society* 26(6): 55-77. doi: 10.1177/0263276409347697

Moon, Claire (2012) What one sees and how one files seeing: reporting atrocity and suffering. *Sociology*, 46, 5: 876-890.

Salamon, L., S. W. Sokolowski & M.A. Haddock (2017) Explaining Civil Society Development: A Social Origins Approach. Baltimore: Johns Hopkins University Press.

Simmel, G. (1957 [1904]) *Fashion*. *The American Journal of Sociology* LXII, 6: 541-558.

Strauss, A. y Corbin, J. (2002). *Bases de la investigación cualitativa. Técnicas y procedimientos para desarrollar la teoría fundamentada*. Medellín, Editorial Universidad de Antioquia.

Taylor, S. y Bogdan, R. (2000). *Introducción a los métodos cualitativos de investigación. La búsqueda de significados*. Barcelona: Paidós.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Anatomia do idoso 3

Atualidades 3

C

Comunidade marginada 3, 4, 1, 2, 14

D

Desenvolvimento socioeconômico e humano 3, 1

Desenvolvimento urbano 3

E

Engajamento 3, 13, 67, 70, 76

Estudo comparativo 3, 5, 94, 96, 100

F

Família 3, 6, 3, 13, 42, 79, 185

Feminismo 3, 17, 19, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 42, 43, 52, 53, 193, 194, 196

G

Gênero 3, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 40, 41, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 68, 75, 185, 211

J

Jornalismo colaborativo 3, 5, 112, 113, 114, 115, 119, 121, 122

L

Licenciatura 3, 5, 28, 133, 135, 136, 139, 141, 142, 144, 146, 185, 198, 211, 212

Liderança comunitária 3, 4, 1, 2, 4, 13, 14, 15

M

Mediação da informação 3, 112

Movimento social 3, 17

Mulher 3, 4, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 41, 42, 43, 46, 47, 49, 50, 52, 53, 71

O

Organizações 3, 5, 15, 97

P

Pandemia 3, 54, 55, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 110, 117

Política de cotas 3, 4, 40, 41, 44, 45, 51

Políticas sociais 2, 3

Prática docente 3

Preconceito 3, 4, 17, 19, 24, 25, 26, 27, 28, 29

S

Sociedade 3, 4, 5, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 42, 45, 51, 72, 75, 78, 79, 94, 96, 97, 113, 114, 115, 116, 117, 122

Sociedade civil 3, 5, 45, 97, 116


Sociologia 3, 28, 79, 185

SOCIEDADE

**ORDEM E
POLÍTICAS SOCIAIS
NA ATUALIDADE**

www.atenaeditora.com.br 


contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 


www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

SOCIEDADE

**ORDEM E
POLÍTICAS SOCIAIS
NA ATUALIDADE**

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 